

O FORTALECIMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA POR MEIO DA CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS: o caso do Programa de Extensão Assessorem

Patrícia Vendramini

Karin Vieira da Silva

Beatrice Corrêa de Oliveira

Simone Ghisi Feüerschutte

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a implementação do Programa de Extensão Assessorem, sob a perspectiva dos atores nele envolvidos - acadêmicos, docentes e gestores municipais - de modo a oferecer subsídios para sua próxima edição e levando em conta a parceria entre a Fundação João Pinheiro e a Universidade do Estado de Santa Catarina no repasse da metodologia do Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal. A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso avaliativo, exploratório e descritivo, de abordagem qualitativa, utilizando-se de pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e procedimentos estatísticos complementares. A coleta dos dados também abrangeu a aplicação de questionários junto aos atores envolvidos no Programa. Os resultados indicam que a experiência agregou muitos conhecimentos relevantes para a formação profissional dos acadêmicos, assim como dos docentes, na medida em que permitiu a aproximação aos reais problemas dos municípios catarinenses, ainda que por meio de interações virtuais. Os gestores, em particular, relatam que a experiência foi positiva, considerando as limitações de recursos financeiros dos municípios e pelo fato de que, através da extensão universitária, puderam usufruir de estudos técnico-científicos e/ou metodologias consolidadas, assim como acessaram experiências bem-sucedidas para amparar a solução dos seus problemas.

Palavras-chave: Extensão universitária; Campo de Públicas; redes e parcerias; gestão municipal.

Abstract

The objective of this article is to analyze the implementation of the Assessorem Extension Program, from the perspective of the actors involved - academics, teachers and municipal managers - in order to offer subsidies for its next edition and taking into account the partnership between the João Pinheiro Foundation and the University of the State of Santa Catarina in the transfer of the methodology of the Internship Program in Administration and Municipal Management. The research is characterized as an evaluative, exploratory and descriptive case study, with a qualitative approach, using documentary research, bibliographical research and complementary statistical procedures. Data collection also included the application of questionnaires with the actors involved in the Program. The results indicate that the experience added a lot of knowledge relevant to the professional training of academics, as well as teachers, insofar as it allowed an approximation to the real problems of Santa Catarina's municipalities, even through virtual interactions. Managers, in particular, report that the experience was positive, considering the limitations of financial resources of the municipalities and the fact that, through university extension, they were able to take advantage of technical-scientific studies and/or consolidated methodologies, as well as accessing well-known experiences successful to support the solution of their problems.

Keywords: University Extension; Field of Publics; networks and partnerships; municipal management.

1. INTRODUÇÃO

A aprendizagem consiste na aquisição de conhecimentos e capacidades, por indivíduos e grupos, em acréscimo ao conjunto de saberes já construídos (CLEGG, KORNBERGER; PITSIS, 2011). Esse processo pode ser ampliado para as organizações, que se utilizam das parcerias como estratégias de aprendizagem que podem potencializar o alcance de propósitos comuns e fortalecer as competências organizacionais e de seus membros. Dentre as forças que impulsionam o conhecimento e a aprendizagem nas organizações está a colaboração. Segundo Clegg, Kornberger e Pitsis (2011, p. 361), “relações de cooperação envolvem o processo de compartilhamento de recursos, incluindo ideias, conhecimento, tecnologias e pessoal, entre duas ou mais diferentes organizações [...]” que buscam resolver problemas similares ou complementares. Nas universidades, as ações de extensão e as parcerias interinstitucionais são práticas em destaque para o fortalecimento da formação acadêmica e profissional, bem como um caminho para contribuir na busca de soluções aos problemas públicos, especialmente quando implementadas em cursos relacionados à gestão pública. Nessa perspectiva, ao ser instituído o termo de cooperação técnico-científica entre a Fundação João Pinheiro, por meio da Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho (EG-FJP), e a Universidade do Estado de Santa Catarina, pelo Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (Udesc-Esag), em outubro de 2021, se estabeleceu um caminho para a interação e a aprendizagem partilhada entre diversos atores da comunidade acadêmica de Minas Gerais e Santa Catarina. O objetivo da parceria é o desenvolvimento de ações articuladas entre as instituições, visando o aprimoramento do ensino, da pesquisa e da extensão, por meio de atividades realizadas em colaboração. No âmbito da extensão, como primeira ação envolvendo as duas instituições ocorreu a participação de alunos do Curso de Administração Pública da Esag/Udesc no Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal (Prinagem), da FJP, junto aos municípios mineiros, em sua 12ª. Edição; e, em Santa Catarina, a constituição do Programa de Extensão Assessoria Remota – Assessorem, para os municípios catarinenses (SANTA CATARINA, 2021).

O Programa Assessorem, portanto, é fruto da parceria com o projeto Prinagem da Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais. É oportuno destacar que o cenário, à época do

estabelecimento da parceria, era de isolamento social em função da pandemia pelo Covid-19; tal contexto estimulou a aproximação e a continuidade das práticas de extensão em ambiente remoto. Ao se articular a colaboração dos dois programas – Prinagem e Assessorem – criaram-se possibilidades, pelo Assessorem, de atuação efetiva da extensão universitária junto às regiões catarinenses. O Programa de Extensão Assessorem consiste em experiências de assessoria remota que visam contribuir com o desenvolvimento da gestão pública, ao mesmo tempo em que significa uma oportunidade de aprimoramento de aspectos administrativos e estratégicos para as entidades externas à Universidade, representando importante exercício profissional para os alunos, além de geração de conhecimento e vivência para um público que inclui docentes e técnicos universitários. O objetivo deste artigo é analisar a implementação do Programa de Extensão Assessorem, sob a perspectiva dos atores nele envolvidos - acadêmicos, docentes e gestores municipais -, de modo a oferecer subsídios para sua próxima edição, levando em conta a parceria entre a Fundação João Pinheiro e a Universidade do Estado de Santa Catarina no repasse da metodologia do Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal.

A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso avaliativo, de natureza exploratória e descritiva e abordagem qualitativa. Foram utilizados procedimentos quantitativos complementares, bem como a análise documental para descrever os documentos gerados das práticas de extensão. Adicionalmente, a pesquisa bibliográfica foi aplicada para analisar e refletir sobre a extensão no contexto pandêmico e sobre a relevância das redes e parcerias no ambiente universitário. A coleta dos dados também abrangeu a aplicação de questionários junto aos discentes, docentes e gestores municipais participantes do Assessorem.

Essa experiência materializa o ideal da extensão universitária que valoriza a interação universidade-sociedade, por meio da troca de saberes democratizando o acesso e a construção do conhecimento, assim como renova os conhecimentos tecno-científicos produzidos pela academia (FRAGA, 2017), uma vez que docentes, discentes e gestores compreendem problemas e constroem soluções de modo dialógico.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para dar sustentação às reflexões desenvolvidas sobre a experiência da extensão universitária por meio da parceria Prinagem – Assessorem, discute-se neste capítulo dois conceitos essenciais: primeiro, a definição, o papel, o histórico e as características da extensão universitária no mundo até os contornos atuais, e segundo, a composição das parcerias e redes, tipos e características, assim como seus processos de aprendizagem.

2.1 Extensão universitária

A extensão universitária tem as suas origens na Inglaterra do século XIX e estava voltada, em especial, à promoção da educação continuada. Porém, atualmente, seu escopo foi largamente ampliado e ela exerce um significativo papel na efetivação do compromisso social por parte das universidades (RODRIGUES *et. al.*, 2013).

De acordo com Silva (2020, p.29), assim como a universidade possui uma trajetória marcada por constantes transformações, a extensão vem desempenhando diferentes papéis e funções:

[...] de início simples atividades acessórias, depois assumindo um caráter assistencialista de prestação de serviços e oferta de cursos, até a concepção mais recente, onde a extensão busca produzir conhecimento para a transformação social, não vendo a sociedade como simples fator passivo nesta empreitada, mas como agente ativo, com saberes, viveres e experiências válidas (SILVA, 2020, p.29).

Dada as diversas perspectivas de atuação, o conceito de extensão não é unânime e apresenta diferentes orientações (SILVA, 2020). Dentre os conceitos mais difundidos, no Brasil, está o apresentado no I Encontro Nacional de Pró-reitores de Extensão, em 1987, que entende extensão como “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (NOGUEIRA, 2005, p. 84).

De acordo com Cristofolletti e Serafim (2020), essa orientação possui alguns princípios importantes, que norteiam a ação até os dias de hoje. São eles:

a ideia de extensão enquanto processo; a ideia de diálogo e da troca entre os conhecimentos acadêmicos e dos grupos sociais; a indissociabilidade e integração entre ensino, pesquisa e extensão; a extensão enquanto produtora de conhecimento e transformadora do ensino e da pesquisa (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2020, p.8).

Além disso, Silva (2020) destaca que essa formulação apresenta uma perspectiva que transforma a relação entre universidade e sociedade, mediada pela educação, cultura e ciência.

Rodrigues *et. al.* (2013) ressaltam que a construção do conceito de extensão tem como fundamento a aproximação entre a comunidade e a universidade, em um movimento de troca mútua de conhecimentos e práticas, pois, como afirma Paula (2013, p. 6), a extensão

universitária “é o que permanente e sistematicamente convoca a universidade para o aprofundamento de seu papel como instituição comprometida com a transformação social”.

Dentre os significativos papéis que a extensão desempenha é importante ressaltar a sua contribuição para o campo pedagógico. Segundo Coelho (2014), a extensão somente passou a ser reconhecida como um relevante instrumento pedagógico na formação universitária, assim como a sua formalização na estrutura curricular, a partir dos anos 1980.

Desde então, vem se fortalecendo o reconhecimento de sua importância para a formação integral dos alunos e para a conexão entre universidade e sociedade. Silva (2020, p.30) salienta o crescente reconhecimento da extensão enquanto um dos cerne da universidade “em um movimento estimulado tanto pelas comunidades acadêmicas, ao entenderem a importância do relacionamento com a comunidade extramuros, que é realizada pela Extensão, quanto por medidas legais, como a creditação da extensão nos cursos de graduação”. Ainda, de acordo com o autor, é importante ter em conta também as demandas provenientes da própria sociedade, considerando o potencial universitário no apoio ao desenvolvimento regional, mitigação de desigualdades, compartilhamento de tecnologias e inovações, dentre outros (SILVA, 2020).

Além disso, Gadotti (2017, p.10) salienta que “a extensão aproxima o aluno das demandas da sociedade, fortalecendo sua formação cidadã. Para o aluno, a extensão é também o lugar do reconhecimento e aceitação do outro e da diversidade.” Nesse âmbito, destaca, ainda, a importância de sua curricularização e de repensar a sua concepção e prática, além da própria concepção de Universidade e seus currículos (GADOTTI, 2017).

No que concerne à formação discente, Coelho (2014, p.16) destaca que determinadas habilidades desenvolvidas por meio de atividades de extensão não são comumente assimiladas no âmbito do ensino formal, disciplinar, dentre as quais, o autor destaca a “capacidade de interagir e organizar o trabalho em equipes (especialmente as multidisciplinares); saber ouvir e saber comunicar diante de públicos diversos e diferentes daqueles que circulam no meio acadêmico”.

O autor, ao revisar a literatura sobre o tema, encontrou uma série de capacidades desenvolvidas por meio de aprendizados práticos de extensão universitária e as dividiu em quatro categorias, conforme ilustra o quadro 1.

Quadro 1 – Categorias para a avaliação de impactos de atividades extensionistas como instrumento de aprendizado universitário, de acordo com a literatura.

Categorias	Itens de avaliação
Profissional	Aquisição de conhecimentos que favorecem o desempenho da atividade profissional; desenvolvimento de atitudes e comportamentos adequados à profissão.
Afetivo-comportamentais	Autoconfiança; autoestima; capacidade de relacionamento interpessoal; confiança na sua escolha profissional; autorrealização; valorização da formação, participação em eventos e outras atividades acadêmicas de formação.
Cívicas e políticas	Capacidade de participar e interferir em questões da esfera política e social; compreensão sobre essas esferas; empatia;
Cognitivas	Aprender a aprender; capacidade de expressão escrita; desenvolvimento da memória, capacidade de articular diferentes dimensões de conhecimento.

Fonte: Coelho (2014, p.19).

Percebe-se, portanto, que o potencial de desenvolvimento de capacidades, por meio da extensão, vai além de questões profissionais e abrange aspectos afetivos comportamentais, cívico-políticos e cognitivos, contribuindo, desta forma, para a formação integral de discente, enquanto trabalhador e cidadão.

De acordo com Gadotti (2017, p.14) os discentes “precisam conhecer o entorno da universidade, ir até os lugares mais empobrecidos. Precisam conhecer as favelas, prisões, hospitais, escolas, igrejas [...] o mundo é nosso primeiro grande educador”. Nesse sentido, a dimensão pedagógica da extensão se apresenta como uma metodologia de ensino-aprendizagem integral e humanizadora, que permite aos estudantes fomentar o seu engajamento social, desenvolver a cidadania e se qualificar profissionalmente (COELHO, 2014).

Para além do desenvolvimento discente, a extensão universitária apresenta o potencial de desenvolvimento para todos os atores envolvidos no processo. Segundo Rodrigues et. al. (2013, p.142), “a partir do momento em que há esse contato entre o aprendiz e a sociedade beneficiada por ele, acontece por parte dos dois lados, benefícios. Aquele que está na condição do aprender acaba aprendendo muito mais quando há esse contato”.

Assim, tanto discentes, quanto os docentes aprendem nesta interação, pois têm a oportunidade de testar empiricamente os seus conhecimentos, além de aprender com os atores, organizações e territórios envolvidos (COELHO, 2014). Silva (2020, p.20) reforça, ainda, que as atividades de extensão universitária inserem “professores, técnicos e alunos na realidade do território extramuros da universidade. Uma inserção que deve ser permanente, uma vez que tira a universidade do isolamento e lhe permite a troca de experiências e vivências, assim como revisar constantemente seus valores”.

Portanto, o fortalecimento e consolidação da extensão universitária enquanto prática pedagógica permanente e transversal é essencial para o fortalecimento do ensino superior e para o estreitamento da relação entre as universidades e as comunidades que a abrigam, tanto em termos de trocas de conhecimentos e experiências, quanto na formação de profissionais de qualidade e cidadãos participativos e engajados, valorizando os saberes e a diversidade. Nas palavras de Paula (2013, p. 20):

É tarefa da universidade para a sociedade, dialogar com ela, tentar responder às suas demandas e expectativas, reconhecer a sociedade, em sua diversidade, tanto como sujeito de direitos e deveres, quanto como portadora de valores e culturas tão legítimos quanto aqueles derivados do saber erudito. É tarefa da extensão construir a relação de compartilhamento entre o conhecimento científico e tecnológico produzido na universidade e os conhecimentos de que são titulares as comunidades tradicionais. É tarefa da extensão a promoção da interação dialógica, da abertura para alteridade, para a diversidade como condição para a autodeterminação, para a liberdade, para a emancipação.

No Brasil, em uma perspectiva histórica de experiências de extensão universitária, segundo Gurgel (1986) há registros de cursos de curta duração ofertados pela Universidade Popular da Universidade Livre de São Paulo para camadas populares da sociedade, no período de dezembro de 1914 a junho de 1917. Possivelmente esta pode ser uma das primeiras experiências de extensão universitária realizada por instituição de ensino superior que se tem registro (GURGEL, 1986).

Na década de 1930, o Decreto nº 19.851, de 11 de abril 1931 institui o sistema universitário brasileiro, mais conhecido como o Estatuto das Universidades. Nesse contexto, as ações de extensão universitária dentro do bojo de ações de cursos e conferências como competência do Conselho Universitário. Na visão de Campos (2000), o Estatuto aproximava-se da concepção norte-americana de universidade, apontando para a necessidade de a universidade estabelecer laços de solidariedade com a sociedade.

Destaca-se o papel dos movimentos estudantis em geral e a União Nacional dos Estudantes (UNE) em específico para o desenvolvimento da extensão no país. Influenciada pelo Movimento de Córdoba¹ em seu II Congresso Nacional a UNE trouxe as ideias de que a universidade deveria estar próxima da realidade social onde estava inserida e fomentar a

¹ O movimento estudantil de Córdoba de 1918 é um marco para a extensão universitária na América Latina. Isso porque os estudantes argentinos questionaram o modelo de universidade construído por e para as elites hispano-americanas. O movimento gerou um documento, o Manifesto de Córdoba que previa a autonomia universitária, liberdade de cátedra, o reconhecimento da importância da pesquisa e a expressão de um compromisso social firmado a partir da Extensão Universitária.

conscientização crítica da comunidade sobre os problemas socioeconômicos vividos pelo país. E nesse contexto a relevância do papel da extensão como o espaço para a realização da função social da universidade (SOUSA, 2010).

Em 1975 o Ministério da Educação e Cultura (MEC) lança o primeiro Plano de Trabalho de Extensão Universitária, que descrevia a operacionalização das ações extensionistas. Em um contexto de governo militar, nesta época as atuações federais relacionadas a extensão universitária consistiam em Integração das Universidades nas Comunidades e uma busca pelo fortalecimento da soberania nacional, como o Projeto Rondon, inicialmente idealizado em 1967 e atividades de Integração Escola-Empresa-Governo (SOUZA, 2017).

Observa-se que a trajetória história da extensão universitária no Brasil está relacionada com o contexto político e social e é marcado pelos diversos entendimentos do papel da universidade na sociedade brasileira, sendo possível observar ações que mais aproximavam-se de um conceito de extensão universitária relacionada a transmissão de conhecimentos por meio de cursos e conferências, iniciativas relacionadas a integração nacional e ações assistencialistas às comunidades. Durante o processo de redemocratização do Brasil também é instituído o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex). A instituição do Forproex e os debates articulados por este fórum desde o seu I Encontro Nacional em 1987, marca o papel acadêmico da extensão, ao lado do ensino e da pesquisa e de promover a interação transformadora entre a Universidade e a sociedade.

A instituição do Forproex marcou a demanda de continuidade de avanço na institucionalização da extensão e sua afirmação no processo formativo nas universidades. O Fórum fortalece os debates que não são estaques e não são únicos, mas contribuem para o entendimento do papel transformador da universidade junto aos demais setores da sociedade, trazendo a perspectiva dialógica, o que se aproxima de uma extensão popular, que marca o agir extensionista da América Latina influenciado pelo Movimento de Córdoba (LUCAS et al, 2023).

No que diz respeito aos avanços institucionais cita-se a criação de Programas Nacionais de financiamento de projetos de extensão; a elaboração de um plano nacional (1998) e uma política nacional de extensão universitária (2001); além de incluir na Lei 13.005 de 2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024) a meta 12.7, de assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária.

Por sua vez, as diretrizes sobre a extensão universitária foram firmadas e continuamente se apresentam no processo de reflexão-ação dos currículos nas universidades

públicas. Diretrizes que iniciam com necessidade de interação indissociável do ensino, pesquisa e extensão, mas que também demandam o entendimento de uma pauta pela interação dialógica que prevê a troca de saberes entre a universidade e demais grupos, comunidades e setores da sociedade. Tem-se ainda a diretriz da relevância da extensão universitária no processo de formação cidadã dos estudantes, uma formação baseada no real, que apresenta e permite se vivenciar as complexidades socioeconômicas e as mobiliza no currículo. E a quarta diretriz da extensão universitária que é o seu objetivo de uma atuação transformadora, seja da comunidade acadêmica, seja dos grupos/território/setores com os quais a universidade interage (BRASIL, 2018).

2.2 Parcerias e redes

Trabalhar em rede é uma prática contemporânea, difundida muito rapidamente no mundo moderno e potencializada pela pandemia da COVID-19. Segundo Nunes et al (2014, p. 180) possibilita, entre outros subprodutos,

a conexão e o enlace entre os diferentes; a mobilidade que rompe fronteiras de projetos, ideias e pessoas, superando a noção de espaço e recriando outras geometrias de organização; a formação de vínculos e a viabilização de diálogos entre partes interessadas, instituindo parcerias.

As parcerias permitem a realização de projetos, por meio do diálogo e de "recursos pedagógicos, políticos, jurídicos, de conteúdo e de comunicação, enredando setores, órgãos e pessoas [...], além de mobilizar a utilização de materiais pedagógicos e de equipamento" (NUNES et al, 2014, p. 181).

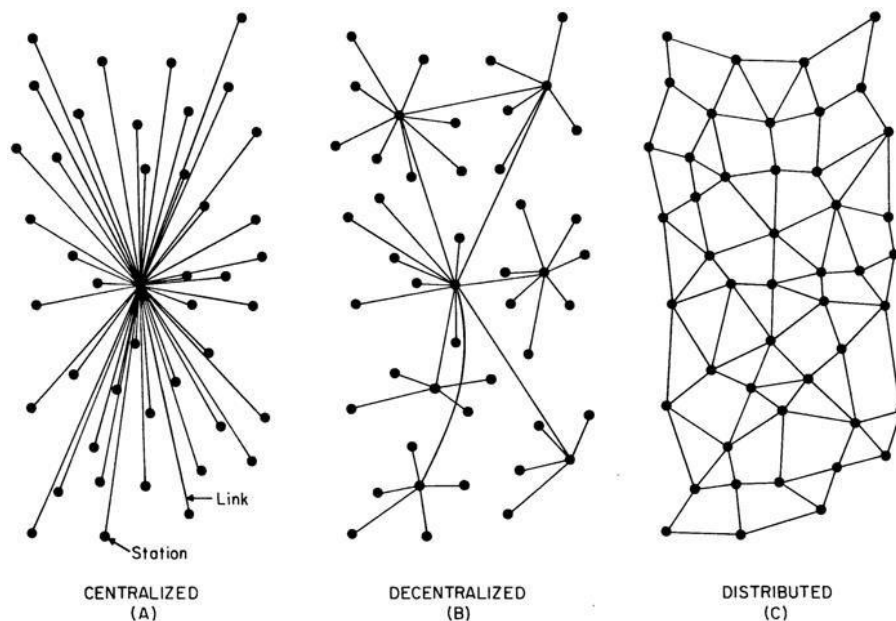
A parceria entre duas instituições envolve o estabelecimento de objetivos convergentes, sendo "a cooperação é um importante meio para ter acesso a novos conhecimentos e transferir habilidades ausentes em uma organização" (CLEGG; KORNBERGER; PITSIS, 2011, p. 361). Para a manutenção da cooperação viva, a confiança e o compartilhamento são fundamentais, favorecendo o crescimento e disseminação das ideias, gerando aprendizagem, defendem Clegg, Kornberger e Pitsis (2011, p. 362). Os autores citam Tidd et al (2001) para elencar três elementos que determinam uma parceria bem-sucedida:

- A intenção de aprender por cooperação em vez de se apropriar do patrimônio do parceiro, abrindo-se para o enriquecimento mútuo;

- Transparência e a intenção deliberada de compartilhar os saberes e metodologias já institucionalizadas;
- A incorporação de novas práticas, absorvendo plenamente as inovações decorrentes do processo de aprendizagem.

Franco (2008) reconhece a relevância das redes para o sucesso profissional e organizacional e se vale dos Diagramas de Paul Baran para analisar os modelos de redes que podem se estabelecer (Figura 1).

Figura 1 – Diagramas de Paul Baran



Fonte: Franco, 2008.

Como se percebe na Figura 1, os diagramas (A) e (B) apresentam uma hierarquização mais intensa e uma mais leve, respectivamente. Nesses casos, o fluxo pode ser interrompido, controlado ou filtrado em cada ponto de centralização, mesmo que de forma reduzida. Já o diagrama (C) é o que realmente pode ser considerado uma rede, justamente por ser distribuído e sem qualquer forma de hierarquização. Para que, de fato, se estabeleça uma rede, é necessário conectar as pessoas entre si e não apenas os interlocutores ou as instituições por meio dos acordos formais de cooperação. Dessa forma, Franco (2008, p. 4) entende que um centro coordenador na rede pode funcionar como "uma espécie de direção que decide o que será feito em termos coletivos. Decide pela rede. Decide para toda a rede". Esse tipo de organização em que há um centro, este tem como papel animar a rede, mas não garante que ela se mantenha viva. O autor afirma (p. 4):

é preciso entender que as redes não são expedientes instrumentais para pescar pessoas e levá-las a trilhar um determinado caminho ou seguir uma determinada orientação. As redes farão coisas que seus membros quiserem fazer, ou melhor, só farão coisas conjuntas os membros de uma rede que quiserem fazer aquelas coisas.

Por isso, para Franco (2008, p. 4) é necessário que as pessoas se conectem realmente e disponham de meios para interagirem umas com as outras, resistindo às tentações de:

- i. Fazer redes de instituições, ao invés das pessoas;
- ii. Fazer reuniões e decidir pelos outros, ao invés de simplesmente fazer;
- iii. Tratar os outros como massa a ser mobilizada ao invés de pessoas a serem "conquistadas";
- iv. Monopolizar a liderança ao invés de estimular a emergência de multilideranças.

Pela sua dinâmica, as redes não necessariamente precisam durar *ad eternum*, mas dada a cultura predominante na sociedade atual, as redes articuladas voluntariamente são limitadas no tempo e no espaço, tem um tempo de vida. Na verdade, se refazem, desaparecem e se transformam, até porque elas podem simplesmente ser, sem necessariamente terem de crescer. O que pode ser reconfigurado é o grau de conectividade entre os membros, ao se pensar em uma mudança qualitativa. O crescimento quantitativo não garante que a rede se mantenha viva. A rede em si carrega na sua gênese a mudança, pela liberdade que possui de autorregulação, conforme suas necessidades. Franco (2008, p. 7) alerta que as pessoas ou a sociedade não precisam se transformar, mas serem o que são quando as pessoas se conectam horizontalmente, e nas redes distribuídas a abundância dos recursos tende ao infinito.

Compreendendo a configuração da extensão universitária e a concepção de redes e parcerias, adiante serão aplicados esses conceitos à experiência vivida ao longo do Programa de Extensão Assessoria.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos aplicados para desenvolver o trabalho relatado neste artigo são consoantes ao seu objetivo final, de analisar a implementação do Programa de Extensão Assessoria, sob a perspectiva de seus atores e com vistas a subsidiar a continuidade da articulação entre as instituições parceiras. Conforme Vasconcelos (2002), as investigações sobre programas, projetos integrados e redes de pesquisa constituem modalidade de estudo que permite debates mais amplos sobre uma realidade, levando a intercâmbios, trocas de resultados, intervenções e a publicações comuns. A partir do autor,

portanto, este estudo é reconhecido como uma ação de parceria entre as instituições envolvidas – UDESC/ESAG e FJP – que traz em seus resultados uma contribuição genuína tanto para a formação e desenvolvimento dos estudantes e professores, por meio de suas ações na extensão, quanto para os contextos sobre os quais ocorreram as intervenções do Programa Assessor em.

No que se refere à caracterização metodológica subjacente à análise da prática que resulta neste artigo, pode-se defini-lo como um estudo de caso avaliativo, de natureza exploratória e descritiva, na medida em que se buscou relatar a experiência implementada no Programa e avaliar seus resultados e perspectivas. A pesquisa avaliativa é uma investigação qualitativa e de caráter aplicado, pois busca verificar componentes de uma intervenção, a sua efetividade e as relações entre tais componentes – suas práticas, processos, programas, por exemplo – e o contexto mais amplo (VASCONCELOS, 2002). Nesse sentido, acredita-se que o método avaliativo se alinha ao foco do Programa Assessor em e sua articulação em parcerias, especialmente considerando a atuação junto aos municípios envolvidos. Como destaca Vasconcelos (2002, p.162), "a cultura avaliativa tem ainda pouca legitimidade no campo das políticas públicas no Brasil [...]. Assim, no atual contexto, a pesquisa avaliativa é de extrema importância no processo de construção de uma gestão pública transparente, participativa e eficiente [...]", como se entende o propósito do referido Programa de Extensão.

Os procedimentos metodológicos aplicados no estudo foram a pesquisa documental, para descrever os documentos gerados das práticas de extensão, a pesquisa bibliográfica, bem como a coleta de dados primários através da aplicação de questionários junto aos discentes, docentes e gestores municipais participantes do Assessor em, abrangendo 20 respondentes. A pesquisa bibliográfica, em particular, foi usada para analisar e refletir sobre a extensão no contexto pandêmico e sobre a relevância das redes e parcerias no ambiente universitário.

Por fim, como meio de avaliação do Programa – ou seja, na etapa de análise - fez-se uso de alguns tipos de análise correspondentes à pesquisa avaliativa, quais sejam: análise estratégica, análise da intervenção, análise do processo e análise dos efeitos (VASCONCELOS, 2002).

4. PROGRAMA DE EXTENSÃO ASSESSOREM

O Programa Assessor em é fruto da parceria com o projeto Programa de Internato em Gestão Municipal (Prinagem) da Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho da Fundação

João Pinheiro, de Minas Gerais. Este atrelado à matriz curricular do Curso de graduação de Administração Pública para proporcionar uma experiência de imersão aos acadêmicos nos municípios mineiros.

Ao se articular a colaboração das duas instituições de ensino superior, FJP e Udesc Esag, foi priorizada a experiência do Prinagem para receber os acadêmicos de Santa Catarina e, em contrapartida, se replicou a proposta da imersão em solo catarinense. Em 2021, o cenário de isolamento social em função da pandemia pelo Covid-19, estimulou a aproximação e a continuidade das práticas de extensão em ambiente remoto, o que facilitou a interação entre os participantes de ambas as experiências sem o ônus da distância física (deslocamento, hospedagem, alimentação, afastamento da família ou do estágio).

Assim, criaram-se novas possibilidades, pelo Assessor em, de atuação da extensão universitária pela Udesc Esag junto às regiões catarinenses, pelo repasse da metodologia desenvolvida ao longo das 12 edições que o Prinagem colecionava até aquele momento.

O Programa de Extensão Assessor em foi concebido, então com a proposta de desenvolver experiências de assessoria remota que visam contribuir com o desenvolvimento da gestão pública, ao mesmo tempo em que significa oportunidade de aprimoramento de aspectos administrativos e estratégicos para as entidades externas à Universidade, representando importante exercício profissional para os alunos, além de geração de conhecimento e vivência para um público que inclui docentes, técnicos universitários e gestores municipais.

Antes de analisar a implementação do Programa de Extensão Assessor em, sob a perspectiva dos atores envolvidos - acadêmicos, docentes e tutores municipais, descreve-se as etapas de realização efetiva, desde o edital de lançamento da chamada dos municípios até a reunião de troca de experiências entre os acadêmicos participantes.

Para dar ampla publicidade e respaldo legal para a escolha dos municípios, optou-se pela elaboração de edital para chamada de municípios, com inscrições abertas, por meio de formulário específico, para se conhecer a demanda e verificar o escopo conforme o prazo estabelecido para desenvolvimento das entregas, assim como a aderência à expertise dos professores disponíveis para colaborar na orientação das atividades. Foram 22 inscrições, sendo 13 homologadas e finalmente 6 selecionadas, em 5 municípios, como demonstra o quadro 2.

Quadro 2 - Relação de Municípios, equipe e entregas do Assessor em

Município	Estudantes	Professor/a	Tutor/a	Entrega
Ascurra	Gabriel Arndt Guilherme Weiler	Karin Vieira da Silva	Rafaello Destéfani	Diagnóstico do Plano Municipal de Governo Aberto
Capivari Baixo	Lais Bratti Marina Machado	Valério A. Turnes	Camila Guimarães	Estruturação do Escritório de Projetos
Ibirama	Gabriela S. Daniel Vitoria G. Susin	Patrícia Vendramini Sérgio Marian	Anderson Krueger	Carta de Serviços do Setor de Desenvolvimento econômico e Meio Ambiente
Rio do Campo	Cauê Lopes Eliezer Patissi Heráclito Nascimento Maria Luiza Lauxen	Ivoneti da S. Ramos Sérgio Marian	Altair Florêncio Vania Baldo	Plano de Marketing de Turismo Carta de Serviços Obras e Imóveis
São José	Marcela Nogueira Mateus Huinka	Emiliana D. de Oliveira	Monica Duarte	Mapeamento de processos desenvolvidos na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação

Após seleção dos municípios, estudantes e professores orientadores, realizou-se a primeira reunião de orientação com a docentes, discentes e gestores municipais, aqui denominados tutores, responsáveis pelo acompanhamento da demanda e facilitar o acesso a informações técnicas da prefeitura necessárias para o adequado cumprimento do plano de ação, que fundamentou o desenvolvimento das entregas. Nesta reunião, foram elencadas as datas e as etapas que compuseram essa primeira edição do Programa, identificadas no quadro 3.

Quadro 3 – Etapas principais do Assessor em

N.	Data	Etapas
1	29/10 a 15/11/2021	Seleção dos municípios
2	22/11 a 03/12/2021	Seleção dos alunos
3	10 a 15/11/2021	Seleção dos professores
4	07 a 25/02/2022	Celebração dos acordos de cooperação com municípios
5	02 a 24/01/2022	Elaboração do pré-diagnóstico
6	31/01/2021	Definição do plano de ação

7	01 a 04/02/2022	Reunião com os municípios
8	07 a 25/02/2022	Imersão e produção do relatório final
9	24/03/2022	Relato da experiência
10	30/03/2022	Troca das experiências
11	05/04/2022	Avaliação de satisfação
12	05/06/2022	Reunião de avaliação

Dentre as etapas, destaca-se as principais entregas que os acadêmicos realizaram para que a experiência obtivesse êxito, a começar pelo **pré-diagnóstico**. Esse material era composto pela descrição das condições geográficas, demográficas, econômicas, sociais, a composição da administração pública e da oferta de serviços públicos como também a existência das entidades da sociedade civil organizada, além da sua história e tradições que caracterizavam cada município. O estudo aprofundado do município, usando os dados do IBGE e demais fontes confiáveis disponíveis, proporcionou aos estudantes uma familiaridade com o território em que estava atuando, bem como ofereceu maior propriedade para desenvolver as soluções à demanda inicial.

A partir da categoria Profissional de avaliação de impacto da extensão universitária classificada por Coelho (2014) no quadro 1, a metodologia do Prinagem e adotada pelo Assessor em previa o desenvolvimento de um plano de ação para cada equipe, estimulando os futuros administradores públicos a se pautarem por ações devidamente planejadas, com prazos, responsáveis deliberadamente comunicadas, a serem executadas na etapa 8. Nesse momento, é possível afirmar que as demais categorias elencadas pelo autor estariam em pleno exercício: a categoria afetivo-comportamental, desenvolvida diante da interação com diferentes atores, uma vez que os estudantes precisariam ir em busca de informações junto aos tutores municipais, aos professores, assim como na sinergia gerada pela equipe de trabalho. A categoria Cívica e política se manifesta no exercício estratégico para compreender a realidade de cada município participante, diferenciando-se da realidade da capital do Estado de Santa Catarina. E, por fim, a categoria Cognitiva, no momento em que os estudantes aplicam os conhecimentos construídos ao longo de cada disciplina do curso de Administração Pública no desenvolvimento de uma "solução" à demanda apresentada pelo município.

A apresentação dos trabalhos, também realizada remotamente pelo canal da Udesc Esag no Youtube² alcançou ao longo desse período 1,6 mil visualizações, e demonstrou a qualidade da entrega que as equipes foram capazes de produzir.

² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kWj5HGw6vZY&t=2049s>

Ao se aplicar a avaliação de satisfação nos três públicos envolvidos, foi possível obter um alto índice de adesão, com 5 tutores (83%), 6 professores (100%) e 9 estudantes (86%). No questionário de avaliação, ao serem perguntados sobre o grau de satisfação no desenvolvimento da experiência, atingiu-se a média de 69,3% de satisfação.

Sobre o formato remoto adotado pelo Assessor, o índice de aceitação do modelo foi em média de 86%, entretanto as respostas apontam que muitas vezes o acesso às informações ficou comprometido pela demora em acessá-las.

O Programa Assessor contou com uma estrutura de coordenação com três professores, que centralizou a mobilização dos municípios e dos professores orientadores para conduzir as atividades. Essa coordenação esteve aos olhos dos respondentes 100% disponível para atender às necessidades dos participantes. Já em relação aos orientadores, essa disponibilidade atingiu 90% das expectativas dos estudantes. Esse resultado também se repetiu na relação tutor municipal-estudante.

Sobre a percepção dos tutores a respeito da entrega dos estudantes, os tutores avaliaram em 60% o pleno atingimento das expectativas, enquanto 40% avaliou como uma satisfação parcial. Foi possível verificar que esse índice ficou comprometido na medida em que uma equipe não finalizou o relatório com a solução demandada, por mais que a coordenação e a professora orientadora envidassem inúmeros esforços para a conclusão do relatório.

Ao serem questionados sobre o formato das próximas edições os professores, alunos e tutores foram unânimes ao considerar a importância de ao menos uma vista presencial ao município para conhecer a realidade de perto e tornar a experiência mais efetiva. Isso leva à reflexão sobre a aprendizagem vivencial proporcionar memórias mais significativas no acadêmico, assim como a necessidade de se estabelecer relações e vínculos para a construção de uma rede mais colaborativa.

Quando questionados sobre a contribuição deixada no município, dando uma nota de 0 a 5, 80% dos tutores avaliaram a experiência com nota 4 e 20% com nota 5. Já os acadêmicos foram mais críticos e distribuíram sua avaliação entre nota 2 (10%), notas 3, 4 e 5 com 30% cada, mostrando que gostariam de ter gerado impactos ainda maiores.

Convidados a discorrer sobre os pontos positivos livremente, os tutores municipais destacaram o acesso aos conhecimentos técnicos da universidade sem custo para a gestão municipal, o enriquecimento mútuo gerado a gestores e acadêmicos, o que coaduna com o papel das parcerias. Além disso, ainda mencionaram que a entrega pode dar subsídios para o desenvolvimento de outras demandas que a prefeitura já vislumbrava.

Para os professores, houve como pontos positivos:

- que não existem distâncias quando se quer fazer acontecer e que as tecnologias mediam a partir da vontade de quem está à frente dos projetos
- que aproximar os alunos da realidade da administração pública local é de grande valia para o processo de aprendizado e promove também um intercâmbio interessante entre a universidade e os municípios
- que conhecer os municípios com mais profundidade enriquece a vivência como docente e como cidadã. Abre espaço para novos estudos e parcerias entre a universidade
- o estímulo para os municípios se organizarem melhor

Cada uma dessas percepções pode estar intimamente ligada ao potencial de aprendizado que a extensão universitária proporciona, e que nesse artigo estabeleceu aproximação com o conceito de redes e parcerias.

Na perspectiva dos estudantes, os principais pontos positivos referem-se à troca de experiências, com outros acadêmicos e com os gestores, firmando uma parceria positiva na maioria dos casos, e fomentou a prática da pesquisa.

Como pontos a melhorar, os principais pontos giraram em torno de:

- A agenda dos servidores públicos para agendar reuniões para esclarecimento de dúvidas - Interlocutor do município deve ter mais clareza do que precisa e tempo para se dedicar ao projeto.
- A falta de experiência dos bolsistas, que é resolvida com o interesse destes em aprender.
- O tempo exíguo da consultoria.
- Zelar pela qualidade dos produtos em face da pouca experiência dos acadêmicos

Sobre as principais habilidades que os acadêmicos desenvolveram, esse público destacou:

- Comunicação, trabalho em equipe, organização, trabalhar com prazos
- Aprendizado sobre um novo tema, a carta de serviços, Governo Aberto, ferramentas de gestão
- normas ABNT, escrita, pesquisa

Tais habilidades corroboram a categorização de Coelho na avaliação de impacto que a experiência da extensão gera nos participantes.

5. CONCLUSÃO

Os resultados indicam que a experiência agregou muitos conhecimentos relevantes para a formação profissional dos acadêmicos, assim como dos docentes, na medida em que permitiu a aproximação aos reais problemas dos municípios catarinenses, ainda que por meio de interações virtuais. Os gestores, em particular, relatam que a experiência foi positiva, considerando as limitações de recursos financeiros dos municípios e pelo fato de que, através da extensão universitária, puderam usufruir de estudos técnico-científicos e/ou metodologias consolidadas, assim como acessaram experiências bem-sucedidas para amparar a solução dos seus problemas.

A parceria estabelecida com a Escola de Governo da Fundação João Pinheiro agregou novas capacidades à Universidade do Estado de Santa Catarina, na medida em que seus membros estabeleceram um compromisso não só profissional, mas também pessoal de consolidar essa interação e contribuir para novos serviços à sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação (2018). Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES Nº 7/2018, publicada no Diário Oficial da União, Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, p. 49 e 50. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Estratégia 12.7 da Meta 12 da Lei nº 13.005/2014.

Disponível em:

<https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf>.

Acesso em: julho de 2023.

CLEGG, S.; KORNBERGER, M.; PITSIS, T. **Administração e organizações**: uma introdução à teoria e à prática. Porto Alegre: Bookman, 2011.

COELHO, Geraldo Ceni. O papel pedagógico da extensão universitária. **Revista Em Extensão**, v. 13, n. 2, p. 11-24, 2014.

CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo; SERAFIM, Milena Pavan. Dimensões metodológicas e analíticas da extensão universitária. **Educação & Realidade**, v. 45, p. e90670, 2020.

ESAG – CENTRO DE CIENCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONOMICAS.

Assessorem. Disponível em: <<https://www.udesc.br/esag/extensao/assessorem>>. Acesso em 07 jul. 2023.

FRAGA, Lais Silveira. Transferência de conhecimento e suas armadilhas na extensão universitária brasileira. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 403-419, jul. 2017.

FRANCO, Augusto de. **Escola de Redes**: novas visões. Curitiba: Escola-de-Redes, 2008.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, p. 1-18, 2017.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação**. São Paulo: Cortez/Autores Associados; Fortaleza: UFC, 1986.

LUCAS, A. C.; PIRES DE ARRUDA LEITE, J.; GONÇALVES JUNIOR, O.; VAN NOIJE, P.; RIBEIRO DE SOUSA, R. Curricularização da extensão: a experiência do curso de administração pública da Faculdade de Ciências Aplicadas UNICAMP. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 28, p. e88038, 2023. DOI: 10.12660/cgpc.v28.88038. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/88038>. Acesso em: 01 julh. 2023.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

NUNES, T; BICCA, A.; SALAZAR, F.; PORTELA, G.; FURTADO, L.; CARDOSO, M.L. Educação em saúde pública/coletiva no Brasil: rede, sinergias e renovação. In: MARTINS, M. I. C. et al (Orgs.). **Trabalho em Saúde, Desigualdades e Políticas Públicas**. CICS-UM, FIOCRUZ, Portugal-Brasil, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/20140724450014551642.pdf>>. Acesso em 02 ago. 2023.

PAULA, João Antônio. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013.

RODRIGUES, Andréia Lilian Lima et al. Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE**, v. 1, n. 2, p. 141-148, 2013.

SANTA CATARINA. Diário Oficial do Estado. **Extrato de termo aditivo de acordo de cooperação técnico-científica Udesc e FJP**. Florianópolis, SC, n. 21.621, p. 45, 06 out 2021.

SILVA, Wagner Pires. Extensão universitária: um conceito em construção. **Revista Extensão & Sociedade**, v. 11, n. 2, 2020.

SOUSA. Ana Luiza Lima. A história da extensão universitária. São Paulo: Alínea, 2010.

SOUZA, Roberto Eduardo Santos. **Caminhos para a construção de uma sistemática de avaliação dos projetos de extensão da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro**. 2017. 66 fl. Monografia (Especialização em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.